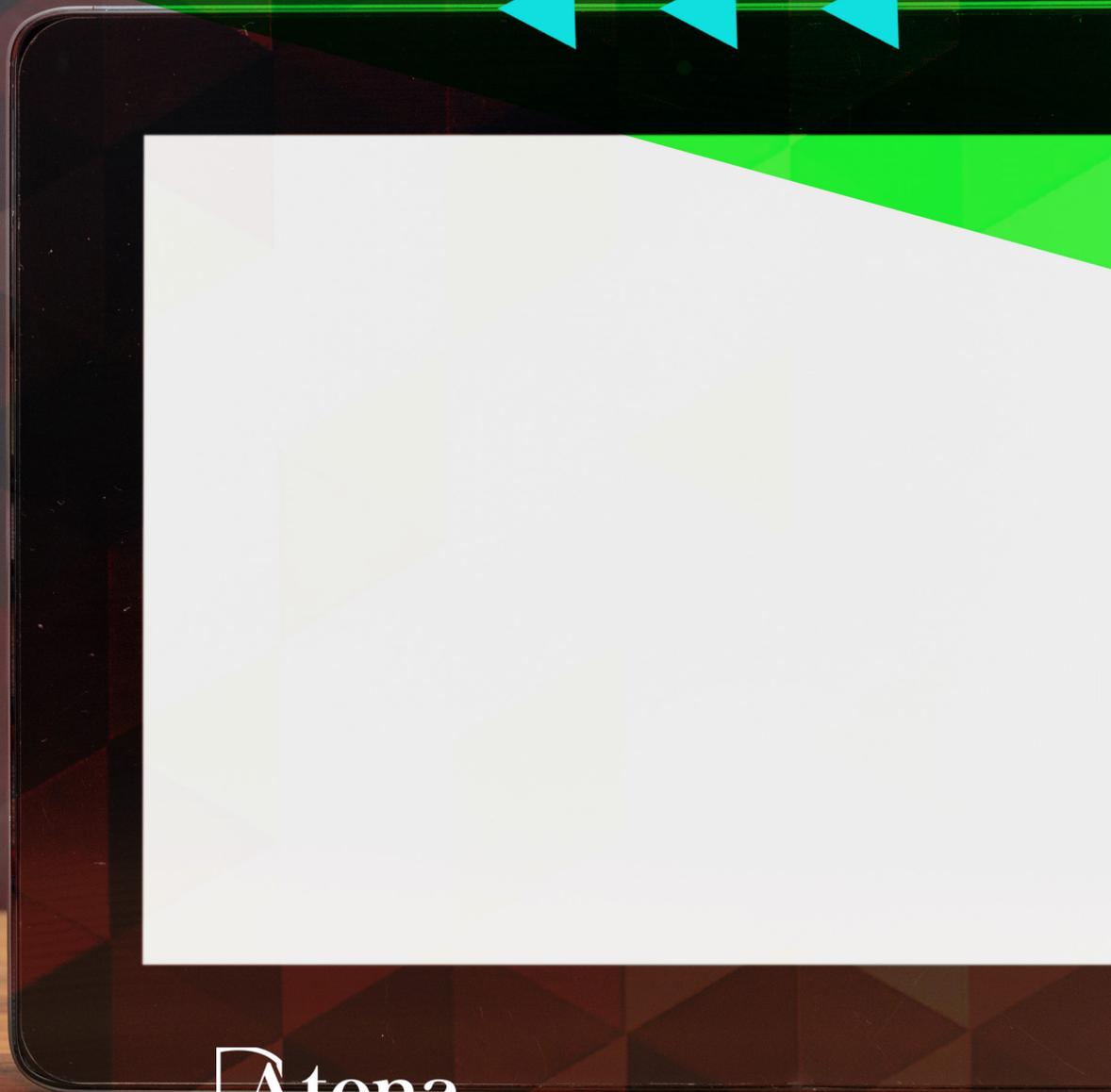




Gabriella Rossetti Ferreira  
(Organizadora)

# Educação: Políticas, Estrutura e Organização 6



 **Atena**  
Editora

Ano 2019

**Gabriella Rossetti Ferreira**

(Organizadora)

**Educação: Políticas, Estrutura e  
Organização**  
**6**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 6 / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e Organização; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-307-1

DOI 10.22533/at.ed.071190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 6” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra.

A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular. A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
DO DESENCANTO AO ABANDONO DE SI - MARCAS DA COLONIALIDADE SOBRE O OFÍCIO DE PROFESSOR	
Genilda Alves Nascimento Melo	
Andréia Quinto dos Santos	
Célia Jesus dos Santos Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0711903041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
DOS MODELOS PEDAGÓGICOS EUROPEUS E NORTE-AMERICANOS NA ESCOLA PRIMÁRIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL: PRÁTICAS ESCOLARES DE LEITURA E ESCRITA	
Rosemeire dos Santos Amaral	
Maria Neide Sobral	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0711903042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>24</b>
EAD SOB A PERSPECTIVA SWOT	
Erika Pinheiro Pérez	
Blanca Martín Salvago	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0711903043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>38</b>
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CURRÍCULO ESCOLAR	
Maria Jussilania Dantas Araújo	
Márcio Rodrigues dos Santos	
Flávia Nunes de Sousa Limeira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0711903044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>46</b>
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA REVOLUÇÃO PLANETÁRIA- SOBRE A VISÃO DE EDGAR MORIN	
Marinalva Valdevino dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0711903045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>53</b>
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA ANÁLISE SOBRE O CENTRO EDUCACIONAL FEMININO (CEF)	
Natalya Regina Fortes Monte Santos	
Maria Gilcília Silva Pereira Borges	
Aislla Maria de Almeida Gomes	
Ana Rita Soares Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0711903046</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>61</b>
EDUCAÇÃO DIGITAL NA TERCEIRA IDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA TURMA DE INFORMÁTICA BÁSICA	
Mario Diego Ferreira dos Santos	
Suzy Kamylla de Oliveira Menezes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0711903047</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>67</b>
EDUCAÇÃO DO CAMPO E GESTÃO DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA CASA FAMÍLIA RURAL “MANOEL PAULINO DE SOUSA”-ABAETETUBA/PARÁ	
Juliany Serra Miranda Denival de Lira Gonçalves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0711903048</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>72</b>
EDUCAÇÃO E CULTURA: AS RESSONÂNCIAS (RE)PRODUZIDAS PELAS MÍDIAS NA CULTURA RIBEIRINHA	
Adelmo Viana Wanzeler Benilda Miranda Veloso Silva João Batista do Carmo Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0711903049</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>83</b>
EDUCAÇÃO E TRABALHO: O PROCESSO INTERDISCIPLINAR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Rosalina Rodrigues de Oliveira Marcelo Fabiano Rodrigues Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030410</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>95</b>
EDUCAÇÃO EM SAÚDE: PREPARANDO PACIENTES E FAMILIARES PARA A DESOSPITALIZAÇÃO	
Juliana Lemos Zaidan Priscyla Dayane Gomes das Chagas Lira Elvira Santana Amorim Andreyna Javorski Rodrigues Jael Maria de Aquino	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030411</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>102</b>
EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA ESCOLA GUIOMAR LYRA, CARUARU – PE	
Marilene da Silva Lima Edilene Maria da Silva Katia Tatiana Moraes de Oliveira Ana Lúcia de Melo Santos Nubênia de Lima Tresena	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030412</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>114</b>
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: A PERSPECTIVA DO ESPORTE NA ÓTICA DA CULTURA CORPORAL	
Rogério Tauã Mello Machado Yuri Lima Silveira Ian Fonseca Coquet	

**DOI 10.22533/at.ed.07119030413**

**CAPÍTULO 14 ..... 119**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE A POLÍTICA DE INCLUSÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ITUMBIARA/GO**

Keila Rosa Procópio

Lia Batista Machado

**DOI 10.22533/at.ed.07119030414**

**CAPÍTULO 15 ..... 131**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE A VIVÊNCIA DO PROFESSOR/A AUXILIAR NA MEDIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM**

Gessione Moraes da Silva

Gesomara Lopes Guerra

Maria Adriana de Souza

**DOI 10.22533/at.ed.07119030415**

**CAPÍTULO 16 ..... 141**

**EDUCAÇÃO NA INDÚSTRIA 4.0: CONTRIBUIÇÕES DA SALA INVERTIDA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Sebastião Soares Lyra Netto

Ana de Kássia Silva Lyra

Jedida Severina de Andrade Melo

Queila Carla Ramos da Silva Alcantara

Andréia Gilzélia de Arruda Santana

Paula Helena da Rocha Silva

Rosilene Tarcisa da Silva Lisboa

**DOI 10.22533/at.ed.07119030416**

**CAPÍTULO 17 ..... 156**

**EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO GRUPO AGITAÇÃO RIO PRETO: ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES PROPÍCIOS AO LAZER E À EDUCAÇÃO**

Maria Fernanda Sanchez Maturana

Miriam Sinhorelli

Vagner Sérgio Custódio

Isadora de Oliveira Pinto Barciela

Aline Sinhorelli Sakamoto

Vanessa Camilo Sossai

Keila Isabel Botan

Rodrigo Soares da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.07119030417**

**CAPÍTULO 18 ..... 165**

**EDUCAÇÃO PERMANENTE: PROCESSO DE TRABALHO DE AUXILIARES EM SAÚDE BUCAL NO INTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ – RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Tainá Macedo Do Vale

Ermano Batista Da Costa

Antônio Rodrigues Ferreira Júnior

**DOI 10.22533/at.ed.07119030418**

<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>173</b>
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DO PNE (2014-2024) E LDB – 9.394/96	
Jamilly Leite Olegario Maria Aparecida dos Santos Ferreira Márcia Gonçalves Keesem	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030419</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>180</b>
EDUCAÇÃO SEXUAL: CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE NO PROCESSO DE AUTO-CONHECIMENTO E NA CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADANIA ATIVA	
Gabriella Rossetti Ferreira Paulo Rennes Marçal Ribeiro Andreza Marques de Castro Leão	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>198</b>
EDUCAÇÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS E ENSINO DE QUÍMICA: EM BUSCA DE UMA FORMAÇÃO CIDADÃ NA ESCOLA	
Alex William Sanches Fernando de Azevedo Alves Brito Pâmela Ribeiro Lopes Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>210</b>
EDUCAÇÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS E GÊNERO: ENTRELACANDO PERSPECTIVAS	
Alex William Sanches Álvaro de Azevedo Alves Brito Bianca Silva Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030422</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>218</b>
EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO DO SURDO NO PROCESSO EDUCACIONAL	
Lindacir Laurentino Lima de Medeiros Rosana de Medeiros Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030423</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>227</b>
EJA NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA E PEDAGÓGICA NA RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO E A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE	
José Clebson dos Santos Jenaice Israel Ferro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030424</b>	

<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>238</b>
ELABORAÇÃO DE UM OBJETO DE ENSINO-APRENDIZAGEM COM BASE NO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DA COLETA DE ÁGUAS DA CHUVA	
Abel Antônio Alves Kenedy Lopes de Nogueira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030425</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>252</b>
EM DISCUSSÃO: O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS E AS DECORRÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES. ESTAMOS PREPARADOS PARA IMPLANTÁ-LO?	
Rosângela da Silva Camargo Paglia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030426</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>263</b>
ENSINO DA ROBÓTICA: O ARDUINO COMO FERRAMENTA DIDÁTICA	
Brenna Theodora Machado Matos Robério Oliveira Rodrigues Maria Bruna Machado Matos Paulo Sérgio Silvino do Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030427</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>273</b>
ENSINO DE BOTÂNICA: METODOLOGIA PARA O ESTUDO DAS ANGIOSPERMAS NO FUNDAMENTAL II	
Rivete Silva de Lima Pietra Rolim Alencar Marques Costa Rafaela Sales Pereira Roxo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030428</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>286</b>
ENSINO DE BOTÂNICA: UM ESTUDO A PARTIR DE DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS NO BRASIL (1982 A 2016)	
Laís Goyos Pieroni Maria Cristina de Senzi Zancul	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030429</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>297</b>
ENSINO DE HISTÓRIA E A SEGUNDA GRANDE GUERRA A PARTIR DE POESIAS, FOTOGRAFIAS E SUAS REPRESENTAÇÕES	
Daniele Alves Craveiro Fernanda Dalmazo Garcia Fernando Santos Maciel Leticia Vicentina Nunes Zandoná Luciana Berbel Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030430</b>	

<b>CAPÍTULO 31 .....</b>	<b>302</b>
ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA EM ESCOLAS PÚBLICAS DE PERNAMBUCO: UMA ANÁLISE DOS PARÂMETROS CURRICULARES NO CONTEXTO DE SALA DE AULA	
<a href="#">Samantha Joyce Ferreira Wanderley da Silva</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030431</b>	
<b>CAPÍTULO 32 .....</b>	<b>308</b>
ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA ESTRANGEIROS: O FATOR INTERCULTURALIDADE PRESENTE EM MANUAIS DIDÁTICOS PRODUZIDOS NO BRASIL	
<a href="#">Márcia Rejane de Oliveira</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030432</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>317</b>

## DOS MODELOS PEDAGÓGICOS EUROPEUS E NORTE-AMERICANOS NA ESCOLA PRIMÁRIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL: PRÁTICAS ESCOLARES DE LEITURA E ESCRITA

### **Rosemeire dos Santos Amaral**

Universidade Federal de Sergipe (UFS) –  
Doutorado em Educação  
São Cristóvão - Sergipe

### **Maria Neide Sobral**

Universidade Federal de Sergipe (UFS) -  
Departamento de Educação e do Núcleo de Pós-  
Graduação em Educação  
São Cristóvão - Sergipe

**RESUMO:** Este artigo objetivou analisar a circulação de modelos pedagógicos europeus e norte-americanos na escola primária brasileira por intermédio da adoção/adaptação de princípios modernizadores das práticas escolares de leitura e escrita, especialmente na Primeira República. A composição desse texto foi encetada por autores como: Warde (2000), na perspectiva da construção do Brasil enquanto nação nos moldes modernos e sua participação nas Exposições Internacionais, considerando-as um espelho; Souza (2012), ao enfatizar as contribuições de Horace Mann e Tavares Bastos, destacando a reforma curricular e formação profissional docente, apontada também por Villela (2000); Teive e Dallabrida (2011), ao detalharem as práticas escolares da leitura e escrita nos grupos escolares catarinenses; Vidal (2000), ao abordar o escolanovismo, a institucionalização da leitura e da escrita e,

as décadas de 1920 e 1930 como cruciais ao processo de modernização da escolarização da infância brasileira. Propôs acompanhar as viagens pedagógicas de intelectuais, na emblemática posição de apreender e implementar modelos e práticas pedagógicas, com Mignot e Gondra (2007) em nível nacional e internacional e, em nível local, Sobral (2010). Assim, as práticas escolares de leitura e escrita, partindo do ideal de modernidade, civilidade e progresso proferido por nações classificadas como desenvolvidas, tornaram-se ponto-chave para a reformulação das escolas primárias do Brasil na Primeira República.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escola Primária. Leitura e Escrita. Modelos pedagógicos. Modernização. Práticas escolares.

### **1 | MODELOS EUROPEUS E NORTE-AMERICANOS: EXPOSIÇÕES INTERNACIONAIS E O REFLEXO NO BRASIL**

Um olhar sob o continente europeu, em primeiro plano, e dos Estados Unidos da América, em segundo, sugere que aspectos históricos, econômicos e sociais se configurem enquanto modelo para o Brasil que, embora origina-se e define-se enquanto nação em um contexto bem diferente dos citados, conta

com a circulação de muitos componentes das experiências estrangeiras para serem adotadas/adaptadas a sua realidade. Era forte a necessidade de imitação como forma de conquistar um *status* de civilidade, progresso, modernidade, não se excetuando o campo da educação, em especial, ao que se refere a escolarização da infância, realizada nas escolas primárias.

Esses modelos circulavam por meio de várias estratégias, desde o processo impositivo da colonização, as viagens pedagógicas, os empréstimos de intelectuais e educadores entre estados, países e continentes. Essa movimentação, somada a circulação de notícias com a criação de impressos e do desenvolvimento das navegações foi se intensificando cada vez mais, ao passo que, a força com que as exposições internacionais começaram a ganhar espaço na agenda internacional a partir, sobretudo, da segunda metade do século XIX.

Mignot e Gondra (2007, p. 7) destacaram bem a importância das viagens pedagógicas, como elo entre modelos de diferentes países e continentes, revelando-se na “produção das instituições educativas, na legislação educacional, nos livros estrangeiros, nas traduções, no modelo de imprensa, materiais pedagógicos, métodos de ensino e até no vocabulário empregado”. De fato, registros feitos por intelectuais que se deslocaram de outros países, como Maria Guilhermina dos Estados Unidos para São Paulo (CHAMON; FARIA FILHO, 2007); da Bahia para esse mesmo país, pelo baiano Anísio Teixeira (NUNES, 2007). Há documentos oficiais sobre os inúmeros empréstimos ocorridos no país, especialmente de São Paulo para outros estados, ou ida de muitos educadores para apreender os métodos e processos pedagógicos naquele estado, considerado modelo exemplar de instrução pública, especialmente no final do século XIX (SOBRAL, 2010).

Warde (2000, p. 40), por sua vez, descreveu o cenário das exposições internacionais, registradas entre o ano de 1851 e as primeiras décadas do século XX, que “produziram e foram produzidas como expressão acabada da civilização moderna. Funcionaram como espelhos mediante os quais as nações podiam olhar-se, olhando as demais”. Pautadas nas teorias evolucionistas, as exposições contaram com a participação, ainda que tímida, de representantes brasileiros que, em uma perspectiva da construção de um Brasil enquanto nação nos moldes modernos, decidiram pela adoção/adaptação de modelos e instrumentos pedagógicos europeus e norte-americanos, visto que era nesses eventos que “os países aprendiam a organizar os seus registros educacionais, a fazer relatórios minuciosos, a elaborar estatísticas, a apresentar novos dispositivos, tecnologias e métodos de ensino” (WARDE, 2000, p. 41).

Com o entrelaçamento de práticas advindas de países com grande diversidade cultural, novas perspectivas para uma História da Educação no Brasil suscitariam discussões e despertariam intelectuais que compuseram relevantes movimentos dentre os quais as reformas da instrução pública, provavelmente impulsionadas em algum momento por esse reflexo no espelho, principalmente entre os anos de 1920

e 1930, “palco de inúmeras reformas estaduais lideradas por jovens como Sampaio Dória, Manoel B. Lourenço Filho, Antônio Carneiro Leão, Anísio Teixeira, Francisco Campos, Mario Casassanta, Fernando de Azevedo, entre outros” (FREITAS, 2005, p. 166).

São Paulo foi cenário de várias reformas educacionais, introduzidas a partir do final do século XIX. Mas, somente em 1930, é “que incluíram nos planos de estudos das Escolas Normais a cadeira de História da Educação” (REIS FILHO, 1995, p. 9) e, que o Manifesto dos pioneiros da educação nova,

publicado no jornal O Estado de São Paulo, em 1932, constitui a expressão máxima do movimento renovador da educação brasileira e um divisor de águas entre a educação tradicional e elitista herdada dos tempos coloniais e a educação contemporânea, de matriz iluminista, baseada no esclarecimento para que o indivíduo alcance autonomia intelectual e o direito de cidadania que esculpiria a República (MARRACH, 2009, p. 171).

Souza (2012, p. 149), relacionou o pensamento de Tavares Bastos ao de Horace Mann e contemplando com a informação de que ambos defendiam que “a educação era um instrumento indispensável para que o Brasil atingisse o patamar das nações mais desenvolvidas”, salientando a importância da reforma curricular e formação profissional docente, dentre outros.

Ao analisar a contribuição do modelo norte-americano idealizado por Horace Mann, considerando a experiência em Massachusetts, a autora expôs que “entre os aspectos que se destacaram como parte do que se pode chamar de reforma curricular estavam: o ensino da leitura e da escrita, a formação técnica e o ensino de religião” (SOUZA, 2012, p. 109).

Mesmo sendo o ensino da leitura e da escrita o foco desse estudo, a formação técnica reteve também a atenção, mais especificamente no tocante aos exames dos candidatos para a ocupação dos cargos de professor, com o posicionamento de Tavares Bastos, quando Souza (2012, p. 188) dispôs uma aparente discrepância entre os objetivos propagados para a educação, enquanto política pública em vias de reforma, visto que:

a prática da proteção política ocupava espaço considerável e que prevalecia nos exames dos candidatos, dificultando a aprovação daqueles que haviam se preparado e que detinham conhecimentos necessários para o exercício da profissão, ao passo que, muitas vezes, candidatos medíocres e sem a formação necessária eram aprovados, em virtude de serem beneficiados pela proteção política.

Essa posição apresentou uma semelhança com o que foi identificado por Villela (2000, p. 106-107) sobre a formação profissional sob encargo das escolas normais brasileiras no século XIX, “as exigências recaíam muito mais nas condições morais dos indivíduos do que em sua própria formação intelectual”, posto que resumiam-se

em “saber ler e escrever, não sendo necessárias maiores noções de gramática, nem mesmo de cálculo”. Isto comprometia a eficiência de uma pedagogia com princípios, técnicas e métodos modernos e, conseqüentemente, culminou em uma desvalorização do cargo de docência, confinando ao indecoroso atraso ou constituindo estratégias de manipulação e controle dos objetivos e fins concebidos à educação brasileira.

## 2 | A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA REPÚBLICA

A Primeira República brasileira, conhecida como República Velha (1889-1930) caracterizou-se como um recorte temporal desse texto, por conta das reformas sociais e educacionais, mediante os quais um novo conceito de cidadão e nação, bem como de escola, estavam em profusão e em concordância com as inovações e expectativas econômicas, em função dos ideais de progresso:

“Os projetos de construção da identidade e unidade nacional foram alimentados por referências ao mundo extracontinental; a Europa e depois os Estados Unidos cedo constituíram o espelho onde o Brasil tinha de se mirar, e não os “pares” latino-americanos” (WARDE, 2000, p. 37).

A modalidade escolar singular do período republicano foi o grupo escolar. Este tornou-se símbolo de um moderno aparelhamento do Estado, reconhecido socialmente como um lugar de destaque para a escolarização da infância e, que, no Brasil, se deve à elaboração de Leis e Decretos a nível federal e estaduais responsáveis pela implementação no cotidiano cidadão/urbano de construção de prédios próprios para o funcionamento de escolas. Reclamava-se pelo aumento do número de oferta e matrícula de alunos para a Escola Primária, aquisição de materiais e técnicas de ensino – muitos deles importados da Europa e dos Estados Unidos –, uma maior preocupação com a formação profissional docente, com mudanças nas escolas normais.

Teive e Dallabrida (2011) destacaram uma das tendências dos Grupos Escolares em Santa Catarina, não só restrita àquele estado, mas diz respeito à escola republicana no Brasil, a educação popular e o ensino de leitura e escrita como prioridades:

Mesmo tendo ampliado consideravelmente os objetivos dos primeiros grupos escolares catarinenses não esqueceram que seu *objetivo principal* era ensinar a língua materna, *a leitura e a escrita*, domínios considerados básicos para a apreensão do arsenal de conhecimentos e valores que a escola republicana prometia oferecer às classes populares (TEIVE; DALLABRIDA, 2011, p. 97 – grifos nossos).

É possível que em todos os estados da federação, a organicidade do espaço temporal escolar, obedecendo ao quadro de horários determinados para cada matéria, tenha se dedicado a reservar momentos para as atividades diárias de leitura e escrita, conseqüentemente, submetidas às inovações no método de ensino, como é o caso da

substituição do modo sintético para o analítico.

Em Sergipe, a título de exemplo, de um estado do Norte do Brasil, houve de fato significativas mudanças nas reformas da instrução pública durante a Primeira República, com a construção de grupos escolares, que em verdadeiros cenários festivos eram inaugurados e seus prédios se sobressaíam no universo arquitetônico da cidade, como bem revelou Magno (2013), nos quais as aulas eram para serem exibidas. Isso se deu ainda na década de 1930, com as chamadas classes experimentais (SOBRAL, 2010), já com a indicação dos métodos analíticos-sintéticos ou mistos para o ensino da leitura, no cerne do ideário escolanovista.

## 2.1 Do Sintético ao Analítico: Uma Questão de Método de Leitura e Escrita no Brasil Republicano

Ler e escrever foram os primeiros objetivos e desafios por quais passaram as crianças ao serem inseridas nos anos iniciais nas escolas de Curso Primário no Brasil republicano. Isto determinava, todavia, uma seleção em meio a sociedade quando “ler e escrever eram compreendidas como capacidades fundamentais ao indivíduo no seu reconhecimento como letrado” (VIDAL, 2000, p. 499) e gerava distinção em relação aos demais até mesmo pelo trato para com o material de uso escolar, a demonstração de hábitos e comportamentos.

A escola enquanto instituição educativa estava transitando por um processo de transformações no qual a palavra de ordem era o experimento. Como São Paulo fora o estado pioneiro a implantar a maioria, senão todas as possibilidades de mudança, “em 1904, Oscar Thompson participa da Exposição Internacional de St. Louis. Thompson, de professor primário, chegaria, pouco depois, a Diretor-Geral da Instrução Pública de São Paulo” (WARDE, 2000, p. 41) e, se deve a ele a obrigatoriedade do método analítico nas escolas de São Paulo, seguido por outros estados brasileiros.

De acordo Mortatti (2000), Thompson foi diplomado pela Escola Normal de São Paulo (1891), com vários cargos no magistério, como Diretor da Escola Normal de São Paulo (1901 a 1920, com interrupções); Diretor Geral da Instrução Pública (1909-1910 e 1917-1920). Defensor do método analítico para o ensino da leitura e da produção de cartilhas, criou a Diretoria Geral da Instrução Pública e inspirou a Reforma Sampaio Dória, em 1920.

Souza (2012) apresentou uma descrição do método de ensino de leitura e escrita defendido por Horace Mann, ainda no chamado método da palavração:

O exame das orientações indicadas por Mann (1963) [1838] permite afirmar que ele considerava que a *aprendizagem* ocorria *em menor tempo* e que era mais eficaz se as *palavras fossem ensinadas antes das letras*, mas insistia que *não se deveria ensinar a uma criança palavras que ela não conhecesse o significado*. A palavra não deveria ser posta antes da ideia. *Aprender a palavra familiarizada com o objeto*, qualidade, ação, que a criança já conhece, faz com que a criança volte a atenção para esses objetos, se estiverem presentes ou tenha a ideia deles se ausentes e

isto dará à criança grande fonte de interesse e prazer (SOUZA, 2012, p. 112-113 – grifos nossos).

As indicações de Horace Mann repercutiram, sem dúvida, na aproximação dos saberes escolares dos afazeres do cotidiano das crianças, de objetos que conhecessem e conseguissem identificá-los quando não pudessem manipulá-los. Nos grupos escolares de Santa Catarina, citados por Teive e Dallabrida (2011), há algumas similitudes com sua proposta:

A questão central é que as crianças percebessem que as *palavras são símbolos das coisas*, dos pensamentos e dos sons. Sob esse ângulo, o primeiro passo para o *aprendizado da leitura era a apresentação de palavras inteiras*, seguido da proposição das palavras pelos sons *e, posteriormente, de palavras por suas letras*, da soletração e, por fim, o agrupamento de vocábulos e a apresentação de sentenças completas – *o oposto do método até então utilizado na escola primária, o sintético, que começava pelas letras*, pela soletração das cartas do ABC (TEIVE; DALLABRIDA, 2011, p. 94-95 – grifos nossos).

Uma leitura mais atenta das citações de Souza (2012) e Teive e Dallabrida (2011) nos permitiu identificar aspectos que caracterizam um método correlato às duas experiências, ou seja, ao método analítico da leitura em substituição ao método sintético. O primeiro,

partia das palavras ou sentenças para a decomposição em sílabas e letras, ou seja, do todo para as partes, para a análise. Daí o uso de gravuras e estampas, num primeiro momento, para ajudar o aluno a estabelecer a associação da ideia com a palavra escrita (RAZZINI, 2005, p. 110).

O segundo, o método sintético ou fonético “defende a ideia de que o aluno deve aprender em primeiro lugar as letras e as sílabas, para só depois chegar às palavras ou frases” (JESUS, 2008, p. 11). Assim, o embate entre aprender pelo método sintético (das partes para o todo) ou pelo método analítico (do todo para a fragmentação, análise das partes), foi se esvaindo com o escolanovismo, deixando morno a querela dos métodos de alfabetização, forte nas décadas de 1910 a 1920, priorizando os estágios de desenvolvimento da leitura e da escrita.

Vidal (2000) ao abordar o escolanovismo e a institucionalização da leitura e da escrita, constando as décadas de 1920 e 1930 como cruciais ao processo de modernização da escolarização da infância brasileira, enfatizou que esse embate transmuta da prescrição higiênica para a prescrição psicopedagógica, quando a primeira “começou a produzir estudos próprios tomando o corpo do aluno no ato da escrita. Pretendia distinguir o aluno escolarizado da criança sem escola pela posição tomada para o ato de escrever” (VIDAL, 2000, p. 499).

Ainda segundo Vidal (2000), aliado ao discurso higienista de que a escrita até então desenvolvida na escola primária, inclinada e cheia de contornos, poderia prejudicar a saúde da criança pela aquisição de miopia e escoliose, foram inseridas nas

práticas de leitura e escrita novas posturas envolvendo comportamentos psicológicos e físicos do aluno, com o intuito de executar uma escrita vertical, mais simples, fácil e, principalmente prática por ser desempenhada com maior velocidade que a escrita inclinada e “o ritmo era controlado por palmas ou canções elaboradas para o exercício. À medida que se aperfeiçoava o traço, reduzia-se paulatinamente seu tempo de execução” (VIDAL, 2000, p. 501). Entretanto, para a realização e eficiência dessas novas habilidades era imprescindível contar com móveis e instrumentos didáticos adequados e modernos.

## 2.2 A Materialidade das Práticas Escolares de Leitura e Escrita

A materialidade das práticas escolares de leitura e escrita deveu-se também, em especial, às exposições internacionais quando, na edição de 1904, Oscar Thompson trouxe “exemplares da cartilha *The Arnold Primer*, de Sarah Louise Arnold”, posteriormente traduziu e adaptou para a língua portuguesa (WARDE, 2000, p. 41 – grifo original). Foi por meio da análise dessa cartilha que “Thompson voltou absolutamente convencido das enormes vantagens de organizar a formação do magistério nos moldes “americanos” e de aplicar o método de ensino analítico adotado naquele país” (WARDE, 2000, p. 42).

As caligrafias, os “mapas, cartazes e coleções eram alguns dos objetos indicados necessários à nova orientação pedagógica” (VIDAL, 2000, p. 499) e começaram a ser adotados nas escolas brasileiras, à princípio, importados, passaram a ser produzidos por autores e empresas nacionais. A exemplo: “a caligrafia foi incluída no primeiro programa dos grupos escolares catarinenses (1911) tendo em vista a sua relação intrínseca com o domínio da escrita” (TEIVE; DALLABRIDA, 2011, p. 99).

O mobiliário escolar tenderia a acompanhar o processo de transformações por qual atravessara a escola e atender às necessidades da nova pedagogia. Vidal (2000, p. 499-500) referiu-se à adoção de carteiras “em geral importadas, preceituadas em proporcionalidade à estatura do aluno e fixas ao chão para evitar a mobilidade da criança; mantendo-a na posição rígida – o que reporta às prescrições higiênicas”.

Na Bahia, desde o ano de 1890, havia a prescrição no Acto de 10 de janeiro, em seu Art. 6º e disposições 11, quando: “As mesas e bancos da mobília escolar devem ser proporcionadas á estatura dos alunos e excluídos os methodos de escripta que obrigam a posições viciosas” (BAHIA, 1890, p. 7). Em respeito as fontes históricas, a escrita original do documento fora mantida, por entender que não acarreta prejuízo na compreensão por parte do leitor.

Em Sergipe, a tendência aos usos de cartilhas pautadas no método analítico de ensino da leitura, na década de 1920 – *Cartilha Analítica-Synthetica*, de Mariano de Oliveira (MAGNO, 2013). Foi no final da década de 1919 que houve, nesse estado, uma querela sobre a adoção de cartilha, entre dois intelectuais, Antônio Carvalho Neto e Helvécio de Andrade. Esse último havia produzido uma cartilha, exposta em jornais

locais. A chamada *Pequena Cartilha Sergipana*, teve parecer negado pelo Conselho Superior de Ensino (SOBRAL, 2012). No debate discutiu-se o conteúdo, o método e a forma da disposição dos textos.

Esse cenário, segundo Mortatti (2008) deu-se em todo o país, entre o que era moderno e o mais moderno no ensino da leitura, em particular o método fônico, visto que “todas as abordagens de alfabetização baseadas nesse método inicialmente apresentam as letras e seus respectivos sons. Posteriormente, o aluno aprende a combinar esses sons e a montar as palavras” (DELL’ISOLLA, 2010, p. 57).

Ao passo em que se pensava em assegurar uma suposta imobilidade das crianças, as bibliotecas desfaziam parte desse discurso, pois “a revalorização das bibliotecas escolares permitia um uso mais largo do espaço da escola pelo corpo discente e docente. Por outro lado, a introdução de bibliotecas de classe possibilitava ao aluno movimentar-se mais frequentemente dentro da sala de aula” (VIDAL, 2000, p. 507).

Observando mais uma vez as recomendações legais para as escolas primárias no estado da Bahia, no ano de 1895, as aulas seriam ministradas de segunda-feira à sábado com horários diários para as práticas de leitura e escrita, como destacado no Quadro 01:

<b>HORARIO PARA AS ESCOLAS ELEMENTARES DE UMA SESSÃO – MODELO N. 3</b>						
<b>HORAS</b>	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sabbado
9-00 às 9-15 m	Revista e canto	Revista e canto	Revista e canto	Revista e canto	Revista e canto	Revista e canto
9-15 às 9-45m	Calculo	Systema metrico	Calculo	Calculo	Systema metrico	Calculo
9-45 às 10-15m	Escripta	Escripta	Escripta	Escripta	Escripta	Escripta
10-15 às 10-30m	Língua	Língua	Língua	Língua	Língua	Língua
10-30 às 10-50m	Recreio	Recreio	Recreio	Recreio	Recreio	Recreio
10-50 às 11-06m	Geographia	Historia	Geographia	Historia	Geographia	Historia
11-06 às 11-20m	Desenho	Desenho	Desenho	Desenho	Desenho	Desenho
11-20 às 11-50m	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura
11-5- às 12-05m	Recreio	Recreio	Recreio	Recreio	Recreio	Recreio
12-05 às 12-20m	Noções de Sciencias	Educação Moral e Cívica	Noções de Sciencias	Educação Moral e Cívica	Noções de Sciencias	Educação Moral e Cívica
12-20 às 12-35m	Gymnastica	Exercicios militares	Gymnastica	Exercicios militares	Gymnastica	Exercicios militares

12-35 às 12-50m	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto
12-50 às 1-20m	Trabalhos manuaes					
1-20 às 1-35m	Agricultura	Agricultura	Agricultura	Agricultura	Agricultura	Agricultura
1-35 às 2-00 h	Cantico, chamada e despedida					

Quadro 01: Horário para as Escolas Elementares de uma sessão, Bahia

Fonte: Bahia (1895, Anexo, Modelo 3 - adaptado)

Dentre as matérias ofertadas nas escolas elementares da Bahia (Quadro 01), as que mais dispendiam um maior tempo em execução estavam o Cálculo, a Leitura, a Escrita e os Trabalhos Manuais, com duração de trinta minutos, enquanto que as outras, Língua, Geografia, Desenho, Noções de Ciências, Ginástica, Canto e Agricultura eram regulamentadas em quinze minutos, enfatizando talvez, a prioridade requisitada por tais práticas escolares.

Teive e Dallabrida (2011) embasados nos programas de ensino de 1914 - (Santa Catarina 1914b, p. 48) –, destacam os livros didáticos adotados para as práticas de leitura nas classes dos Grupos Escolares catarinenses. Entretanto, a sua utilização não obedecia a divisão de 1 livro por ano escolar, conforme apresenta o Quadro 02:

Ano	Livro adotado	Período
1º ano	Leitura Preparatória, Ritta Macêdo Barreto	outubro a dezembro
2º ano	Primeiro Livro de Leitura, “Corações de Criança”, Ritta Macêdo Barreto”	março a junho julho a dezembro
3º ano	Segundo Livro de Leitura, “Corações de Criança”, Ritta Macêdo Barreto” Terceiro Livro de Leitura “Corações de Criança”, Ritta Macêdo Barreto”	março a julho agosto a dezembro
4º ano	“Minha Pátria” – Pinto e Silva “Contos Pátrios” – Olavo Bilac e Coelho Neto	não especificado

Quadro 02: Livros didáticos para práticas de leitura nos Grupos Escolares catarinenses - 1914

Fonte: Teive e Dallabrida (2011, p. 95 – adaptado) e Santos (2013)

Observando o Quadro 02, é possível inferir que os livros eram intercalados a cada semestre letivo, mantendo um aspecto de continuidade e de entrelaçamento entre as matérias escolares, quando “através desses livros, compostos por lendas, contos e historietas de autores nacionais, o professor deveria explorar não só o aprendizado da leitura, como também a linguagem, a história, a geografia e a educação cívica” (TEIVE; DALLABRIDA, 2011, p. 95).

Em Sergipe, em 1919, parte dessa literatura foi adotada, em 1919, acrescentando-

se outras que revelavam que o “teor principal das obras escolhidas para o ensino primário sergipano era o amor à Pátria, o civismo” (SANTOS, 2013, p. 141). Nesses grupos escolares a literatura adotada procurava responder aos anseios de legitimação do regime republicano, sobretudo, apoiados em materiais didáticos adequados em prédios que atendiam aos anseios de modernidade.

Segundo Vidal (2000, p. 503), “a ampliação do quadro material, o uso crescente de cadernos de caligrafia, a substituição das ardósias por cadernos, aprimorava o controle do trabalho docente e discente, conferindo-lhe maior durabilidade e visibilidade”. Além do quadro de giz,

havia outros menores para uso individual do (a) aluno (a). Eram denominados de “ardósias”, pequenos quadrinhos retangulares onde os (as) alunos (as) deviam se exercitar antes de passarem à folha de papel. Nas escolas do século XIX, como o papel não era tão barato, as crianças que ainda não dominavam as técnicas de escrita, utilizavam a ardósia (GONÇALVES FILHO, 2016, p. 128).

Razzini (2005) elaborou uma reflexão sobre a intencionalidade atribuída à produção e distribuição da materialidade escolar para as práticas de leitura e escrita, como estratégia e gestão do estado:

Dessa forma, compreende-se o papel relevante que passaram a assumir livros de leitura e cartilhas na consolidação da ideologia republicana, fazendo com que várias gerações lessem, escrevessem, decorassem e recitassem não só velhos ensinamentos religiosos e morais já tão entranhados na escola, como as máximas, fábulas e contos morais, mas também textos que construíam a ideia de pátria moderna e civilizada, ou seja, conteúdos que combinavam temas patrióticos, regras de civildade e índices de modernidade e progresso (RAZZINI, 2005, p. 109).

Reconhecidamente, ao oferecer recursos para a infraestrutura, funcionamento e manutenção das escolas na Primeira República brasileira, o estado não só cumpre com o seu papel de gestor de um sistema educacional em consolidação, mas utiliza-se dele para assegurar, pelo viés das Políticas Públicas, um controle e vigilância da sociedade e, em especial, da escola que, exercendo suas funções de formação de cidadãos e de sociedade pátrios, modernos e civilizados.

### 3 | ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As Exposições Internacionais foram acontecimentos entre o século XIX e XX que possibilitaram o encontro e troca de culturas. As experiências de diversos países apresentadas e muitos de seus aspectos adaptados à realidade de vários outros. O Brasil, conhecido como uma sociedade advinda de um processo colonial desgastante e pouco promissor, não poderia ficar de fora diante de alternativas para superar ou amenizar sua condição de não civilizado, utilizando-se do “espelho” oferecido pelos europeus e norte-americanos.

Os reflexos dessa hibridização podem ser percebidos em inúmeros setores que variam desde o político, o social, o econômico e, por conseguinte, o educacional. Os intelectuais brasileiros ou representantes do estado foram construtores dos fios condutores do conjunto de importações de padrões e comportamentos estrangeiros e, pouco a pouco, discutidos e inseridos à realidade brasileira.

As práticas escolares de leitura e escrita, partindo das inovações metodológicas pautadas pelo ideal de modernidade, civilidade e progresso proferido por nações classificadas e hierarquizadas como desenvolvidas, tornaram-se ponto-chave para a reformulação das escolas primárias do Brasil, em especial, no período da Primeira República, a exemplo, das escolas elementares da Bahia e dos Grupos Escolares de Santa Catarina e de Sergipe.

O método sintético e a caligrafia inclinada foram condenados pela Pedagogia Moderna e substituídos pelo método analítico e caligrafia vertical. Essas ações visavam novos hábitos escolares, respeitando o estágio de aceleração por qual passavam as necessidades de uma sociedade em que o tempo não poderia ser desperdiçado. Os cadernos em lugar de ardósias para uma produção individual, juntamente com livros específicos de leitura e inovações mobiliárias enriqueciam as salas de aula, revalorizando o potencial das bibliotecas.

Enfim, todo esse conjunto de fatores concorreu para que, do espelho dos modelos pedagógicos europeus e norte-americanos, os princípios modernizadores das práticas escolares de leitura e escrita fossem refletidos na escola primária republicana brasileira.

## REFERÊNCIAS

BAHIA, **Acto de 10 de Janeiro de 1890**. ACTOS DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Bahia, 1890.

BAHIA. **Acto de 4 de Outubro de 1895**. ACTOS DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Regulamento do Ensino Primário do Estado da Bahia. Bahia, 1895.

DELL'ISOLLA, Alberto. **Treinamento Prático em Leitura Dinâmica**. 2ª ed., São Paulo: Universo dos Livros, 2010, 144 p.

FREITAS, Marcos Cezar de. Educação brasileira: dilemas republicanos nas entrelinhas de seus manifestos. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III: Século XX. Editora Vozes, Petrópolis, 2005.

GONÇALVES FILHO, Carlos Antônio Pereira. **Escola de primeiras letras: o ensino primário em Pernambuco durante a segunda metade do século XIX**. Tese (doutorado). Orientadora: Profª. Drª. Suzana Cavani Rosas. Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016, 244 f.

JESUS, Ivonete Almeida de. **Alfabetização na educação básica: a literatura infantil como estratégia na construção da leitura e da escrita**. Monografia. Orientadora: Profª Especialista Marilete Calegari Cardoso. Curso de Pedagogia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Jequié, 2008.

MARRACH, Sonia. **Outras histórias da educação: do iluminismo à Indústria Cultural (1823-2005)**.

São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; GONDRA, José Gonçalves (Orgs.). **Viagens pedagógicas**. São Paulo Cortez, 2007.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização**: (São Paulo/ 1876-1994). São Paulo: Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. A “querela dos métodos” de alfabetização no Brasil: contribuições para metodizar o debate. **Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa**, n. 91, p. 91-104, ano 3, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.acoalfaplo.net>. Acesso em: 08 ago. 2016.

NUNES, Clarice; Anísio Teixeira na América (1927-1929): democracia, diversidade cultural e políticas públicas de educação. MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; GONDRA, José Gonçalves (Orgs.). **Viagens pedagógicas**. São Paulo Cortez, 2007. 143-162.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; GONDRA, José Gonçalves (Orgs.). **Viagens pedagógicas**. São Paulo Cortez, 2007.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. Livros e leitura na escola brasileira do século XX. In: STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III: Século XX. Editora Vozes, Petrópolis, 2005, p. 100-113.

REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal**: origens do ensino público paulista. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da Modernidade**: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1920). São Cristóvão: UFS, 2013.

SOBRAL, Maria Neide Sobral. **Vitrine das letras**: o discurso jornalístico e a modernidade pedagógica em Sergipe/Brasil e Portugal (1910-1920). São Cristóvão: UFS, 2012.

\_\_\_\_\_. **José Augusto da Rocha Lima**: uma biografia. São Cristóvão: UFS, 1919.

SOUZA, Josefa Eliana. **O programa de instrução pública de Tavares Bastos (1861-1873)**: concepções a partir do modelo norte-americano. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto. **A Escola da República – os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918)**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2011.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano MENDES; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, Autêntica, 2000, p. 497-517.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano MENDES; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, Autêntica, 2000, p. 94-135.

WARDE, Mirian Jorge. Americanismo e educação: um ensaio no espelho. In: **São Paulo: Perspectiva** (on line), 2000, vol. 14, n. 2, p. 37-43.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

### **Gabriella Rossetti Ferreira**

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-307-1

